

TELEJORNALISMO E RACISMO: UMA ANÁLISE DO CONTEÚDO VEICULADO PELO FANTÁSTICO

PIZA, Danielly Fernanda¹
BILHAR, Tatiana Fasolo²

RESUMO: Esta pesquisa tem por objetivo refletir sobre como a imprensa brasileira trata a questão racial, considerando o contexto histórico-social do país e os acontecimentos no Brasil e no mundo durante o período de análise. Dentre as análises estão: o caso João Pedro, o caso George Floyd, as manifestações antirracistas, o caso Miguel e, também, o caso Guilherme Guedes. Todos esses acontecimentos tiveram a questão racial e, em sua maioria, também, a violência policial como principal abordagem. Desenvolveu-se assim, uma pesquisa qualitativa interpretativa, com análises dos conteúdos veiculados na revista eletrônica Fantástico, no período entre 24 de maio e 21 de junho de 2020. Os resultados apontam que o telejornalismo brasileiro ainda aborda a questão racial de maneira desigual em casos nacionais e internacionais. Ainda que as cobranças sociais tenham sido essenciais para algumas das reparações feitas pelo programa durante o período de análise, a equiparidade, quanto aos conteúdos veiculados e também quanto à representatividade do negro no telejornalismo, é inexistente. Portanto, o telejornalismo ainda constrói conteúdos e narrativas que culminam na propagação do racismo no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo; Telejornalismo; Fantástico.

1. INTRODUÇÃO

A comunicação tem um papel fundamental na construção da sociedade. É por meio das mídias que a população conhece e compreende o que está acontecendo no mundo. Entre os diversos veículos de comunicação, a televisão ainda é destaque na maneira como o brasileiro se informa, de acordo com a “Pesquisa Brasileira de Mídia: Hábitos de consumo de mídia pela população brasileira”. Segundo a pesquisa, nove em cada dez entrevistados fizeram menção à televisão, em primeiro ou segundo lugar, como veículo preferido para se informar. O jornalismo, portanto, encontra na televisão um meio de retratar a realidade social e levantar questões pertinentes ao nosso cotidiano, de forma que o debate e a informação cheguem à maioria dos cidadãos. Assim, é inegável a função social que o jornalismo exerce por meio de seus conteúdos. Partindo dessas afirmações, o objetivo deste artigo é refletir

¹ Acadêmica do 8º período do curso de Jornalismo do Centro Universitário FAG. E-mail: dfpiza@minha.fag.edu.br

² Professora orientadora. E-mail: tatianabilhar@gmail.com.

³ Televisão ainda é destaque na maneira como o brasileiro se informa. Disponível em: <file:///C:/Users/danip/AppData/Local/Temp/Pesquisa%20Brasileira%20de%20Mi%CC%81dia%20-%20PBM%202016.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

sobre como a questão racial é abordada em matérias de telejornalismo, mais especificamente na revista eletrônica Fantástico – o Show da Vida, considerando o contexto histórico-social brasileiro.

Em nosso país, a escravidão resultou em prejuízos incalculáveis para os negros, que tiveram uma ruptura dos seus direitos fundamentais, enquanto privilégios foram e são estabelecidos para os que são brancos. Essas memórias repercutem socialmente e, embora no Brasil o percentual de pessoas negras seja maior, esse número não se reflete na sociedade brasileira quando falamos em mercado de trabalho, representatividade no cenário político, alfabetização, entre outros aspectos. Já em questões como o sistema carcerário, desempregos, analfabetismo e taxa de homicídios em decorrência de ações de agentes de segurança do Estado, as pessoas negras são maioria.

No telejornalismo isso se reflete nas formas de representatividade dos negros, muitas vezes limitadas e pré-definidas. Tornou-se comum ter a imagem do negro associada a matérias relacionadas a crimes ou, então, a histórias de superação. Em contrapartida, é pouco habitual encontrarmos negros em papel de destaque, noticiando esses fatos, atuando como fontes especializadas, etc. Ocorre, também, um silenciamento, quando a questão racial deixa de ser abordada, mesmo sendo a causa principal de um determinado acontecimento.

Nesse sentido, o ano de 2020 tem sido marcado por importantes movimentos sociais, tais como o *Black Lives Matter* ou Vidas Negras Importam, que trazem discussões relevantes sobre a maneira com que a sociedade tem inferiorizado o negro. As ações do movimento foram amplamente noticiadas pela mídia e propiciaram debates sobre a questão racial em nosso país também.

Considerando tal contexto, este estudo busca analisar o papel do telejornalismo na propagação ou desconstrução do racismo no país, observando, mais especificamente, os conteúdos veiculados pelo Fantástico, revista eletrônica semanal veiculada pela Rede Globo de Televisão, no período entre 24/05 e 21/06.

Para uma melhor e mais ampla compreensão da temática, abordamos, primeiramente, o modo como o racismo estrutural foi implantado no Brasil, discutindo, por meio de revisão de literatura, suas origens históricas e seus efeitos na sociedade atual. A partir dessa discussão, apresentamos nossas análises, observando se os conteúdos veiculados – que tratam da questão racial ou que envolvem negros – buscam desconstruir o preconceito racial ou se o contribuem, de alguma forma, para perpetuá-lo em nosso país.

Desenvolveu-se, assim, uma pesquisa qualitativa e interpretativista, que conta com uma análise do conteúdo veiculado pelo Fantástico durante o período em que se destacaram as

manifestações contra o racismo nos EUA e se espalharam pelo resto do mundo. Nesse mesmo período, além de noticiar tais manifestações, o programa também destacou três episódios de violência contra negros: o assassinato do adolescente João Pedro, morto a tiros, em casa, pela polícia; o caso do menino Miguel, que caiu de um prédio de luxo na cidade de Recife (PE) por negligência da patroa de sua mãe; e o caso de Guilherme Silva Guedes, adolescente sequestrado e morto com dois tiros na cabeça por policiais. Trata-se, portanto, de um período em que houve a veiculação de grande quantidade de matérias que abordaram ou envolveram a temática racial.

A escolha por analisar conteúdos do Fantástico deve-se ao fato de ser um programa que costuma apresentar matérias mais longas e aprofundadas, repercutindo os principais acontecimentos da semana, o que possibilitou gerar mais dados para nossas análises. Além disso, a revista eletrônica, no ar desde 1973, tem obtido, conforme o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), os maiores índices de audiência aos domingos à noite³, o que aponta para sua relevância junto à população, indicando também sua possível influência no modo como os acontecimentos são compreendidos pelas pessoas.

A importância desta pesquisa está em compreender e debater a realidade de seletividade racial na qual estamos inseridos, problematizando o papel social do jornalismo nesse contexto.

2. RACISMO NO BRASIL

O Brasil recebeu escravos africanos durante mais de três séculos. Estima-se, segundo o IBGE, que, durante os séculos XVI até meados do século XIX, foram traficados cerca de 4 milhões de afrodescendentes, correspondendo a mais de um terço de todo o comércio negro no mundo.

A Coroa permitia a cada senhor de engenho importar até 120 “peças”, mas nunca foi limitado seu direito de comprar negros trazidos aos mercados escravos. Com base nessa legalidade, os concessionários da colônia, que duraria três séculos, permitindo-lhes transladar milhões de africanos ao Brasil e, deste modo, absorver a maior parcela de rendimento das empresas açucareiras, auríferas, de algodão, de tabaco, de cacau e de café, que era o custo da mão-de-obra escrava. Calcula-se em 160 milhões de libras-ouro o custo pago pela economia brasileira para aquisição de escravos africanos nos trezentos anos de tráfico (RIBEIRO, 1995, p. 161).

³ Dados disponíveis em: <<https://www.kantaribopemedia.com/search/fantastico>>. Acesso em: 14 ago. 2020.

Os africanos trazidos para o Brasil e, também, seus descendentes, eram obrigados a realizar trabalhos forçados, em condições degradantes e com direito restrito à alimentação, além de serem, por vezes, submetidos à tortura e à morte. “Submetido a essa compreensão, qualquer povo é desapropriado de si, deixando de ser ele próprio, primeiro, para ser ninguém ao ver-se reduzido a uma condição de bem semovente” (RIBEIRO, 1995, p. 118).

Ainda implantado o sistema de escravidão no Brasil, surgiram ideais abolicionistas, que com o tempo ganhariam força e culminariam na implantação da Lei nº 3.353, a Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel, em 13 de maio de 1888. Com isso, o Brasil tornou-se o último país da América a abolir a escravidão. A abolição da escravatura no país não foi recorrência de uma ação cordial, mas, sim, advinda de anos de luta dos escravos, negros livres e também de brancos que defendiam o abolicionismo no país.

Embora o fim da escravatura tenha gerado euforia popular e dias de festas comemorativas, não garantiu aos negros, agora livres, equiparidade em relação à população branca.

A nação brasileira, comandada por gente dessa mentalidade, nunca fez nada pela massa negra que a construíra. Negou-lhe a posse de qualquer pedaço de terra para viver e cultivar, de escolas em que pudesse educar seus filhos, e de qualquer ordem de assistência. Só lhes deu, sobejamente, discriminação e repressão. Grande parte desses negros dirigiu-se às cidades, onde encontrava um ambiente de convivência social menos hostil. Constituíram originalmente, os chamados bairros africanos, que deram lugar às favelas. Desde então, elas vêm se multiplicando, como a solução que o pobre encontra para morar e conviver. Sempre debaixo da permanente ameaça de serem erradicados e expulsos (RIBEIRO, 1995, p. 222).

A ascensão social, para os negros, foi de fato, limitada devido à sua cor de pele, carregada por anos de inferiorização e pouco ou quase nada se fez de reparação por seus anos de liberdade privados, negando-lhes a possibilidade de escolhas e acesso a oportunidades. A abolição da escravatura foi uma conquista importante da população brasileira, mas ainda deixou poucas opções aos negros. Como resultado dos longos anos de escravidão e das poucas chances oferecidas após a abolição, surgiu uma população que perpetua a ideologia racista.

Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas em desvantagens ou privilégios para os indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2019, p. 260).

Ainda hoje, 132 anos após a abolição da escravatura, os negros são submetidos a situações de preconceito, o que tornou necessária a existência da lei nº 7.716, implantada em

1989, que prevê a punição de crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor e, mais tarde, em 1997, a implantação da lei nº 9.459, que aumentou a proteção a outras formas de intolerância, como etnia, religião e procedência nacional.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, realizada pelo IBGE em 2018⁴, no Brasil, 55,8% das pessoas se declararam negras. Porém, mesmo sendo a maior parte da população, essa representatividade não aparece quando falamos em papéis de destaque, posições de liderança e mercado de trabalho. Ainda de acordo com a pesquisa, em relação ao mercado de trabalho, em 2018, os negros correspondiam a cerca de dois terços das pessoas desocupadas (64,2%). Dentre os negros com emprego, 47% trabalhavam em informalidade. Segundo uma pesquisa do Instituto Ethos, nas 500 empresas de maior faturamento no Brasil, os negros ocupam apenas 4,9% das cadeiras nos Conselhos de Administração. Entre os quadros executivos, eles são 4,7%, e, na gerência, os negros representam apenas 6,3% dos trabalhadores.

Em distribuição de renda, segundo o IBGE⁵, o rendimento médio domiciliar per capita de negros era de R\$ 934,00; enquanto o rendimento dos brancos superou esse dado em quase duas vezes, com R\$ 1.846,00. A taxa de pobreza e extrema pobreza entre pardos e pretos também é maior, representando cerca de 32,9% da população. Os negros também se apresentam em maioria quanto à taxa de analfabetismo, com 9,1%, enquanto os brancos analfabetos representam 3,9% do total. A porcentagem é ainda mais assustadora quando falamos em pessoas assassinadas em intervenção policial, índice em que, segundo apontou o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019, os negros representam 74,5% do total de mortes.

Segundo o Levantamento Nacional de informações Penitenciárias (Infopen) do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a população preta, em 2017, representava 17,3% do sistema carcerário e a parda 46,2%, sendo os negros, novamente, a maioria.

As taxas de analfabetismo, de criminalidade e de mortalidade dos negros são, por isso, as mais elevadas, refletindo o fracasso da sociedade brasileira em cumprir, na prática, seu ideal professado de uma democracia racial que integrasse o negro na condição de cidadão indiferenciado dos demais (RIBEIRO, 2005, p. 222).

⁴ Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=2101681>>. Acesso em: 14 ago. 2020.

⁵ Disponível em: <<http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen>>. Acesso em: 06 set. 2020.

⁸ Disponível em:

<file:///C:/Users/danip/AppData/Local/Temp/infografico-consistencia-negra-2019-FINAL_site.pdf> Acesso em: 05 ago. 2020.

Estes números deixam evidente o quanto o Brasil, mesmo depois de mais de um século da abolição, ainda carrega sequelas advindas desse período. “A luta mais árdua do negro africano e de seus descendentes brasileiros foi, ainda é, a conquista de um lugar e de um papel de participante legítimo na sociedade nacional” (RIBEIRO, 2005, p. 220). É necessário, desse modo, que toda a população busque por um país mais igualitário e, para isso, o Estado cria algumas políticas.

A política afirmativa de cotas, consolidada como Lei nº 12.711, em 2012, é um exemplo da tentativa de inclusão dos jovens negros e, também, de pessoas de classes sociais menos favorecidas em ambientes antes frequentados majoritariamente por brancos. Como resultado dessa lei, em 2018, segundo o IBGE, 50,3% dos estudantes de ensino superior de rede pública eram negros, tornando-se, pela primeira vez na história, maioria nesse setor.

Almeida (2019) classifica essas políticas afirmativas como discriminação positiva, definindo-as como a possibilidade de atribuição de tratamento diferenciado a grupos historicamente discriminados, com o objetivo de corrigir desvantagens causadas pela discriminação negativa. Contudo, há a necessidade da implantação de mais políticas afirmativas, além de maior acesso à informação, a fim de tornar o racismo e as mazelas advindas dele marcas do passado. Nesse sentido, o jornalismo cumpre uma importante função, podendo contribuir, por meio dos conteúdos que veicula, com a propagação ou desconstrução do racismo. É sobre isso que discutimos na seção seguinte.

3. O JORNALISMO E A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL

Para Souza (2001), o jornalismo é uma forma de comunicação em sociedade, que cumpre a importante função social de informar a população. “Informar, jornalisticamente falando, também significa noticiar sobre todos os acontecimentos, questões úteis e problemáticas socialmente relevantes” (SOUZA, 2001, p. 13).

Tão relevante é a comunicação numa sociedade, que, em 21 de dezembro de 2009, o Estado reconheceu oficialmente o direito à comunicação no Brasil. O Decreto nº 7.037, diretriz 22, estabelece a “garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação para a consolidação de uma cultura em Direitos Humanos”. Assim, todos, sem restrições, deveriam ter seu direito garantido no país.

Os telejornais, de acordo com Vizeu (2006), se fazem presentes em nosso cotidiano. Sendo, para uma parcela significativa da população, a única forma de acesso à informação sobre o mundo. “Através dos noticiários televisivos a sociedade tem a possibilidade de

alcançar uma série de fatos aos quais não teriam outra forma de acesso” (VIZEU, 2006, p. 100).

O jornalismo tem responsabilidade, também, na maneira como ele configura e entrega as informações à sociedade, pois a forma como os jornalistas veiculam uma notícia influencia diretamente em como a população vai interpretar a realidade. Autores como Pena (2005) e Traquina (2005) apontam que, no paradigma construcionista, ao qual nos filiamos nesta pesquisa, as notícias não refletem a realidade, mas, ao contrário, ajudam a construí-la.

Dessa forma, é no trabalho da enunciação que os jornalistas produzem os discursos, que, submetidos a uma série de operações e pressões sociais, constituem o que o senso comum das redações chama de notícias. Assim, a imprensa não reflete a realidade, mas ajuda a construí-la (PENA, 2005, p. 128).

Logo, o telejornalismo contribui com a própria construção da realidade, uma vez que a maneira como elabora suas matérias reproduz discursos e propicia a criação de identidades sociais. Assim, a forma como os negros são representados na mídia pode contribuir, ou não, com a propagação do racismo no país.

Embora sejam concessões públicas, os meios de comunicação no Brasil são administrados como bens patrimoniais de natureza familiar. São gerenciados por elites descendentes dos grupos sociais que, no passado histórico do país, sempre gozaram de privilégios (inclusive o de formular e legitimar enunciados sobre o Outro e de difundi-los nos espaços de afirmação dos discursos sociais, a literatura científica e ficcional, entre eles) e que perpetuam, agora, através de aparatos tecnológicos cada vez mais sofisticados, mitos e estereótipos ainda fortemente presentes no imaginário coletivo. É deste imaginário que são absorvidas, reelaboradas e retransmitidas pelos mass media, representações carregadas de juízos de valor negativos sobre parcelas da sociedade do país (ALMADA, 2012, p. 26).

Enquanto as representações do negro estiverem associadas a estereótipos já estabelecidos, por conta do contexto histórico do Brasil, o jornalismo estará sendo conivente com a disseminação do preconceito racial.

Ora, em um país onde mesmo com o fim da escravidão, a história foi e continua sendo severa e até desumana com os negros; onde o preconceito em relação a este grupo permanece; onde o cotidiano continua influenciando negativamente sua autoestima, as constantes vinculações de imagens do negro nos extremos apontados [...], omitindo sua participação (também) no campo do cidadão comum, funcionam como um ícone dos tempos da escravidão e têm consequências negativas imensuráveis e altamente prejudiciais na construção da desejável, porém inexistente, democracia racial no Brasil. A mais imediata delas está diretamente ligada à visibilidade: é o reforço dos estereótipos (FERRO, 2012, p.74).

Ainda que tenha se passado mais de um século após a abolição da escravatura, o negro continua sendo retratado de maneira estereotipada na mídia. “O negro permanece sendo notícia, salvo raríssimas exceções, nos mesmos espaços que sempre lhe foi reservado. É o criminoso e carente, por um lado; e o cidadão (negro) de sucesso, o exemplo de superação, por outro” (FERRO, 2012, p. 68). O que observamos, em geral, são brancos comentando sobre negros, que raras vezes ocupam também seu lugar de fala, mesmo na imprensa.

Nesse sentido, este ano, o telejornalismo foi marcado por uma série de reportagens sobre o racismo, especialmente após a morte do americano George Floyd, asfixiado por um policial branco, e as consequentes manifestações do movimento *Black Lives Matter*. Dentre essas reportagens, há algumas que chamaram mais detidamente a atenção do telespectador e duas se destacam: a primeira foi veiculada no canal CNN Brasil sobre “Protestos violentos nos EUA após morte de negro”, em que as manifestações estavam sendo debatidas por Willian Waack, jornalista branco, demitido de sua última emissora, após um áudio, com uma fala de cunho racista feita por ele, ter vazado; e a segunda foi ao ar no quadro Em Pauta, da Globo News. No programa, a pauta era o racismo e as manifestações nos Estados Unidos, porém, os sete jornalistas escalados para o debate eram brancos. Na rede social, Twitter, a imagem do quadro de jornalistas com a frase “rapaziada... a pauta é racismo”, rivalizou e ampliou o debate sobre o espaço do negro na mídia.

Figura 1: Programa Em Pauta, da Globo News.



Fonte: *Twitter* @IrlanSimoes (acesso em: 29 out. 2020)

Dada a repercussão negativa, a emissora buscou se retratar no programa Em Pauta e, também, no Globo Repórter, por meio da fala dos apresentadores Marcelo Cosme e Sandra

Annenberg: “não seria verdadeiro dizer que foi um acidente [...], por razões históricas e estruturais de nossa sociedade, também na Globo, os colegas negros, não são ainda, tanto quanto desejávamos. Quem divulgou a foto, estava certo”. Em seguida, o debate foi realizado novamente, mas agora por: Glória Maria, Heraldo Pereira, Zileide Silva, Maria Julia Coutinho, Aline Midley, Flavia Oliveira e Lilian Ribeiro, todos jornalistas negros. As críticas não questionam o direito dos profissionais brancos discutirem o racismo, mas questionam, sobretudo, a seletividade da localização social a qual pertence quem está falando.

Numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, pessoas negras vão experienciar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar de que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão. Pessoas brancas vão experienciar do lugar de quem se beneficia desta mesma opressão. Logo, ambos os grupos podem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos. Estamos dizendo, principalmente, que queremos e reivindicamos que a história sobre a escravidão no Brasil, seja contada por nossas perspectivas, e não somente pela perspectiva de quem venceu (RIBEIRO, 2019, s.p.).

Assim, o jornalismo, quando decide permanecer veiculando imagens estereotipadas de negros, geralmente em situação de criminalidade, pobreza, morte e superação, e não associa a imagem do negro a fatos cotidianos ou como jornalistas, comentaristas, especialistas ou demais papéis de destaque na mídia, utilizando, ainda, diferenciação na própria linguagem ao noticiar fatos com pessoas brancas e com pessoas negras, acaba compactuando com os estereótipos já estabelecidos historicamente para ambos: o do negro que acumula características negativas e o do branco que concentra as positivas. “Essa percepção social, é (também) fruto da visibilidade, efeito imediato daquilo que é retratado nos meios de comunicação sobre a sociedade. Tal visibilidade se potencializa na plataforma televisiva e ganha proporções de difícil mensuração” (FERRO, 2012, p. 72).

É a partir desse contexto que, na seção seguinte, iniciamos as análises sobre o conteúdo do Fantástico. Nosso olhar é o de quem, sendo branco, reconhece seus indevidos privilégios sociais exclusivamente pela cor da pele e busca discutir a questão no sentido de apontar possibilidades para um jornalismo, de fato, mais sensível e democrático, tendo em vista nossa futura atuação no mercado de trabalho.

4. ANÁLISES

Para o estudo, foram analisadas as reportagens realizadas pelo programa Fantástico, aplicando o método de análise de conteúdo, utilizando para isso as matérias exibidas entre o

período de 24 de maio e 21 de junho, totalizando cinco edições da revista eletrônica observadas. Durante o período escolhido para a análise, ocorreram, no país e no mundo, uma série de acontecimentos racistas, manifestações antirracistas e intensos confrontos entre manifestantes e polícias, que provocaram debates e deram visibilidade à questão.

Assim, a análise está dividida em cinco tópicos, um para cada programa que compõe nosso corpus. Em cada tópico, apresentamos as reportagens selecionadas, descrevendo como foram construídas e, na sequência, fazemos nossas análises. Ainda, quando necessário, contextualizamos os acontecimentos que motivaram a produção das reportagens. Nossas categorias de análise emergiram do próprio corpus e, embora não estejam formalmente apontadas em cada tópico, dizem respeito a: número de negros (jornalistas e fontes) em cada matéria, tempo de duração de cada reportagem, formas de apresentação e representação dos negros, discursos imbricados na construção narrativa das matérias e o silenciamento da questão racial.

4.1 EDIÇÃO DO DIA 24/05/2020

Nesta edição, o programa foi exibido por 2 horas e 37 minutos, divididos em 21 matérias. As matérias abordaram os principais fatos ocorridos na semana, dentre eles: o coronavírus no Brasil, Jair Bolsonaro em manifestações pró-governo, fake news da cloroquina, entrevista com Sergio Moro e o assassinato de João Pedro.

Nas 21 matérias exibidas nesta edição, participaram 16 jornalistas, 37 comentaristas-especialistas e 31 entrevistados ou personagens. Se analisarmos apenas o número de negros que participaram desta mesma edição, temos: 0 jornalista, 2 comentaristas-especialistas e 10 entrevistados ou personagens, evidenciando que a representatividade do negro ainda é uma questão na televisão brasileira. Ainda, desses, 5 negros participaram da matéria sobre o caso João Pedro, adolescente assassinado em operação policial em São Gonçalo. Essa matéria não trouxe especificamente o tema racismo na sua abordagem, sendo o silenciamento o motivo de nossa análise.

Quadro 1 – Edição do Fantástico do dia 24 de maio de 2020

Matéria	Duração
‘Tô aqui, pelo amor de Deus’: áudios mostram medo de jovem em operação policial no RJ	9 minutos e 20 segundos

Fonte: Organizado pela pesquisadora.

4.1.1 O caso João Pedro

No dia 18 de maio de 2020, uma operação conjunta entre a Polícia Federal e a Polícia Civil foi realizada no Complexo do Salgueiro, Região Metropolitana de São Gonçalo, Rio de Janeiro. Segundo a polícia, o objetivo da operação era cumprir dois mandados de busca e apreensão contra líderes do tráfico na região. Mas, diferente disso, a ação resultou na morte de João Pedro Matos, de 14 anos.

Segundo a reportagem, tudo começou por volta das 14 horas e 30 minutos. João Pedro estava na casa dos tios, com outros cinco adolescentes, quando foi atingido por um, dos mais de setenta tiros marcados nas paredes da casa. O jovem foi socorrido de helicóptero, que saiu de São Gonçalo em direção ao heliponto da Lagoa Rodrigo de Freitas, a 40 quilômetros de distância de sua casa. Segundo a polícia, no heliponto da Lagoa, um médico-bombeiro esperava o jovem para o atendimento, que aconteceu às 15 horas e 30 minutos. Esse mesmo profissional teria atestado a morte do jovem. Em seguida, o corpo teria sido levado de volta a São Gonçalo. Às 21 horas e 49 minutos, a Secretaria de Vitimados do Estado (SEVIT) ligou para o tio de João, Nadilton da Costa Pinto, informando que o corpo estava no IML, mas não informaram em qual. Somente no dia seguinte, 18 de maio, às 8 horas e 30 minutos, 17 horas depois de atestada a sua morte, a família de João Pedro encontrou o corpo do jovem.

A perícia constatou que a bala entrou pelas costas de João Pedro, atingindo o lado direito do corpo, um pouco abaixo da costela. A bala seria de um fuzil calibre 556, compatível com algumas das armas utilizadas pelos policiais na operação. Embora a polícia civil tenha atuado na operação, era a própria polícia civil que estava investigando o caso. A família, no entanto, pedia para a investigação ficar sob responsabilidade do Ministério Público.

4.1.2 Análise do conteúdo veiculado sobre o caso João Pedro

A matéria é uma produção de Mônica Marques, Mônica Reolom e Leslie Leitão. Esteve à frente da reportagem a jornalista Ana Carolina Raimundi. Os entrevistados são: Denise Rosa de Matos Pinto (tia de João), Neilton da Costa Pinto (pai de João), Rafaela de Matos Pinto (mãe de João) e Nadilton da Costa Pinto (tio de João). Os comentaristas-especialistas são: Allan Duarte (delegado), Robson Rodrigues (especialista em segurança pública) e Livia Casseres (defensora pública).

A reportagem inicia com áudios de João Pedro para a tia “tô aqui, pelo amor de Deus” – a voz transmite o medo do jovem. A matéria é minuciosa, mostra detalhes do que

aconteceu na operação e também a peregrinação da família em busca do menino atingido por um fuzil. As marcas de mais de setenta tiros nas paredes, a mancha de sangue de João no local onde ele estava quando foi atingido, a falta de informação sobre o paradeiro do jovem... Todos esses detalhes reforçam os excessos cometidos na operação. Ana Carolina Raimundi diz em discussão aberta: “mas, mesmo que os bandidos tenham passado pelo local, em fuga, a polícia pode dar 70 tiros em direção a uma casa, sem saber exatamente quem está dentro dela?”, também reforça a discussão sobre a probabilidade de a ação ter sido abusiva e irresponsável. Enquanto, o delegado – mais tarde afastado do caso – Allan Duarte, afirma acreditar que não tenha sido um erro da polícia e sim uma tragédia, a defensora pública Livia Casseres reforça a chance de a operação ter sido uma chacina. A matéria ressalta: em 2019, 498 pessoas foram mortas em São Gonçalo. Deste total, 220 foram mortas por policiais. Já de janeiro a março de 2020, foram 76 mortos por policiais.

De fato, toda construção de conteúdo foi amparada na série de erros cometidos pela operação conjunta das polícias; desde a casa de João Pedro ter sido invadida, até a peregrinação da família por falta de informações sobre o jovem. Mas, se tratando de um crime, que acontece em 74,5% das vezes, com pessoas negras, houve um silenciamento, sobre a questão racial. Em nenhum dos 9 minutos e 20 segundos de reportagem, as questões racial e de classe social foram levantadas ou meramente citadas.

Porque há uma tentativa de mudar o foco de realidades extremamente violentas para a constatação de que pessoas de grupos oprimidos são pessoas frutos dessa sociedade, assim como todas as outras. Seria mais responsável e ético discutir o fato de que a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil (RIBEIRO, 2019, s.p.).

A invisibilidade da questão leva aos telespectadores a convicção de que o crime ocorrido nada ou pouco tem a ver com o racismo estrutural instituído no nosso país. Diferindo, notavelmente, do que apontam as estatísticas.

O excluído, majoritariamente negro e mestiço, é estigmatizado como perigoso e inferior e perseguido não mais pelo capitão do mato, mas, sim, pelas viaturas de polícia com licença para matar pobre e preto. Obviamente, não é a polícia a fonte da violência, mas as classes média e alta que apoiam esse tipo de política pública informal para higienizar as cidades e calar o medo do oprimido e do excluído que construiu com as próprias mãos. E essa continuação da escravidão com outros meios se utilizou e seu utiliza da mesma perseguição e da mesma opressão cotidiana e selvagem para quebrar a resistência e a dignidade dos excluídos (SOUZA, 2017, s.p.).

Assim, legitimamos a ação policial. Nesse caso, o fato de o menino morto ser negro e de periferia não repercute nesta primeira matéria do Fantástico sobre o crime. O silenciamento é extremamente significativo.

4.2 EDIÇÃO DO DIA 31/05/2020

O programa exibido neste dia teve duração de 2 horas e 28 minutos, divididos em 23 matérias exibidas. Embora o coronavírus ainda se encontrasse em evidência como um dos assuntos mais comentados da semana, outro grande tema teve destaque no Brasil e no mundo: o racismo, que passou a ser pauta da programação dos veículos de todo o mundo após George Floyd ser assassinado por um policial, em Minneapolis, nos Estados Unidos. O caso gerou inúmeras manifestações, não só nos Estados Unidos, como em muitos outros países, sendo um deles o Brasil. Os acontecimentos geraram uma série de questionamentos e discussões sobre como os negros vêm sofrendo com o silenciamento, a exclusão e a morte na sociedade estruturalmente racista da qual fazemos parte.

Quadro 2 – Edição do Fantástico do dia 31 de maio de 2020

Matéria	Duração
Protestos pela morte de George Floyd nos Estados Unidos chegam a 75 cidades americanas	9 minutos e 11 segundos
Cidades dos EUA têm protestos contra violência policial	6 minutos e 28 segundos
Protestos contra operações violentas em favelas é feita em sede do governo do RJ	44 segundos
Não se cale: especialistas falam da importância de denunciar o racismo	7 minutos e 16 segundos

Fonte: Organizado pela pesquisadora.

4.2.1 O Caso George Floyd

Em Minneapolis, no dia 25 de maio de 2020, George Floyd, homem negro de 46 anos, foi abordado por policiais após sair da *Cup Foods*, um supermercado da cidade. Um funcionário do local acionou a polícia por suspeita de falsificação de dinheiro, após George

Floyd pagar por um maço de cigarros com US\$20. As imagens das câmeras de segurança da rua, das câmeras dos policiais envolvidos na ação e, também, das câmeras das testemunhas são claras: os policiais abordam Floyd, que estava dentro de um carro, com mais duas pessoas, em uma esquina. Um dos policiais saca a arma e ordena que Floyd mostre as mãos e as coloque sobre o volante; ele obedece, segue se desculpando, chora e pede para que os policiais não atirem. Os policiais o tiram do carro e o algemam.

Mesmo com George Floyd algemado, os policiais pedem para que ele pare de resistir à prisão. Ele é, então, levado ao carro da polícia, resiste ao entrar no carro dizendo “eu vou morrer aqui”. Já dentro do carro da polícia, George grita que não consegue respirar, tenta sair do carro e é segurado por três policiais, que tentam mantê-lo dentro do veículo. Nesse momento, Floyd é derrubado no chão e o policial Derek Chauvin se ajoelha em cima de seu pescoço. Mesmo George Floyd imobilizado, algemado, de bruços no chão, suplicando repetidamente por mais de vinte vezes a frase “não consigo respirar” e implorando “policial, não me mate”, Derek Chauvin continuou sobre o seu pescoço por 8 minutos e 46 segundos, culminando no assassinato de Floyd por sufocamento. Os outros três policiais pouco ou nada fizeram para impedir a barbárie.

O caso foi gatilho para que manifestações acontecessem nos Estados Unidos, país com currículo amplo de mortes policiais contra negros. As manifestações se estenderam para vários outros países e a frase “não consigo respirar” foi dita por milhares de vozes que exigiam justiça. Hoje, seis meses depois do crime, os quatro policiais envolvidos no caso seguem respondendo em liberdade.

4.2.2 Análise do conteúdo veiculado sobre o caso George Floyd

O Fantástico abre sua edição com a fala de Poliana Abritta “domingo 31 de maio”, Tadeu Schmidt continua; “o Fantástico está no ar com o 6º dia de protestos por causa da morte de George Floyd, um homem negro, vítima da truculência de um policial branco, em Minneapolis, Estados Unidos”. A reportagem é de produção de Carol Matzenbacher e inicia com a cobertura da repórter Candice Carvalho, acompanhando as manifestações em Nova York. As imagens mostram cenas de muita gritaria, desespero e também o confronto entre policiais e manifestantes. Em seguida, Candice Carvalho chama a reportagem de Ismar Madeira, para mostrar qual teria sido a principal motivação das manifestações. Ele inicia a reportagem com a informação de que naquela madrugada os protestos teriam chegado a 75 cidades, ocasionando quatro mortes e a prisão de 1700 pessoas. “Toques de recolher são

estabelecidos e imediatamente desrespeitados. É como se o país inteiro tivesse soltado o pescoço”, diz Ismar Madeira, neste momento, referenciando a forma como George Floyd foi morto. Em seguida, a matéria conta a história de vida de George Floyd e mostra detalhes do que aconteceu no dia 25 de maio de 2020.

Ao iniciar, são mostradas as imagens de Derek Chauvin com a mão no bolso e com o joelho pressionando o pescoço de George Floyd e o repórter diz: “o estopim foi essa imagem em 25 de maio. George Floyd, imobilizado por um policial branco”. Posteriormente, a matéria traz detalhes da vida de Floyd, dentre eles: que ele tinha dois metros de altura, jogou futebol americano no ensino médio e seu apelido no time era “gigante gentil”. A matéria continua mostrando sobre sua vida e relata seus antecedentes criminais, “em 2007 ele foi acusado por assalto a mão armada e preso”. Enquanto análise, é necessário dar ênfase a essa última informação, mesmo que sequencialmente a reportagem tenha mostrado como Floyd se restabeleceu após a prisão, trabalhando como segurança em um restaurante e sendo conhecido pelos moradores da cidade por sua gentileza, a informação chama atenção, porque ainda hoje há uma tendência de mostrar antecedentes criminais especificamente em casos com homens negros e pobres envolvidos. George Floyd era pai de uma menina e essa informação, por exemplo, não foi considerada significativa a ponto de fazer parte da matéria.

A reportagem continua: por conta da crise econômica, Floyd estaria desempregado, vivendo de “bicos”. O repórter afirma: “uma vida comum em tempos de crise econômica. Uma vida interrompida aos 46 anos. Para a polícia ele se parecia com a descrição de um suspeito de falsificação de dinheiro”. As imagens do policial pressionando o pescoço de Floyd são exibidas e, a partir deste momento, começam as falas dos especialistas. O prefeito de Minneapolis, Jacob Frey, reconhece a falha da polícia.: “não estamos falando de uma decisão errada tomada em um segundo, havia trezentos segundos naqueles cinco minutos. O policial podia ter voltado atrás”. Em seguida, entra a especialista Maila Mason, que trabalhou por quinze anos na polícia de Minneapolis, atentando não só para o erro de Derek Chauvin, como dos outros policiais que não impediram a ação.

O foco da reportagem vai para as consequentes manifestações que surgiram após o assassinato de George Floyd. As imagens mostram a delegacia de Minneapolis e alguns outros estabelecimentos incendiados, e enfatiza o fato de o local ter virado “um campo de guerra”, com imagens de pessoas saqueando estabelecimentos, ataques a prédios e carros da polícia queimados, logo após, afirma: “mas a maioria se reúne em passeatas, lembrando Floyd”. Pessoas nas manifestações são entrevistadas e falam sobre a importância de estarem lá. Depois disso, entra a fala de Gloria J. Browne-Marshall, professora da Universidade de

John Jay de justiça criminal e especialista em direito civil: “tente imaginar um policial, à luz do dia, apoiando o joelho nas costas de um homem branco. Você não pode imaginar. Isso porque este país está envolvido em crueldade racial há centenas de anos” e conclui sua fala afirmando que houve desrespeito à jurisprudência da Suprema Corte, que proíbe o uso da força letal a não ser que haja ameaça. Evidentemente, não foi o caso de George Floyd.

Precisamos ser honestos conosco quando se trata da doença do racismo nesse país e da propaganda que se faz sobre justiça e liberdade para todos. Até que esse país perceba que está usando seus departamentos de polícia para assassinar pessoas com a descendência Africana, não faremos a mudança que precisamos fazer (MARSHAL, 2020).

A reportagem aborda outros casos de negros assassinados nos Estados Unidos. O primeiro é Trayvon Martin, de 17 anos, que estava desarmado e foi morto a tiros por um segurança de um condomínio, na Flórida. O segurança alegou legítima defesa e, um ano depois, foi absolvido. O caso aconteceu em 2012, foi então que surgiu o movimento *Black Lives Matter* ou, em português, Vidas Negras Importam. O segundo caso é de 2014, quando Eric Garner foi morto sufocado por policiais. Eric Garner repetiu por onze vezes a mesma frase de Floyd, “não consigo respirar”, mas não houve êxito. Após desmaiar, não houve sequer uma tentativa de reanimação por parte dos socorristas ou policiais que estavam presentes. Garner foi declarado morto uma hora depois no hospital. O assassinato foi filmado.

Imagens dos policiais envolvidos no caso de George Floyd são exibidas enquanto o repórter traz as informações sobre as consequências legais que sofreram. Até aquele momento, os quatro policiais haviam sido demitidos sem nenhuma acusação e, depois de três dias de protestos, Derek Chauvin foi preso, indiciado por assassinato culposos.

Durante toda a matéria, a reflexão sobre o racismo e as consequências que surgiram ao longo dos anos para os negros são colocados em pauta. Ao assistir a reportagem, não nos resta dúvida quanto ao assassinato de George Floyd estar diretamente relacionado à questão racial. As falas dos especialistas, especialmente as da professora da Universidade de John Jay Gloria J. Browne-Marshall deixam evidente que o racismo é uma questão no país e que os Estados Unidos estão usando seus departamentos de polícia para assassinar negros.

Não há uma crítica, neste artigo, sobre como foi produzida e veiculada a reportagem sobre George Floyd, mas a crítica, conseqüentemente, aparece ao compararmos essa reportagem com a do caso João Pedro, citada anteriormente no artigo. João Pedro, negro, foi morto dentro de casa, em uma operação policial. Essas operações no Brasil, quando resultam em morte, em 74,5% das vezes as vítimas são pessoas negras, mas em nenhum momento da

matéria, o assassinato de João Pedro foi relacionado ao racismo estrutural implantado no nosso país.

Quanto à matéria de George Floyd, a reportagem afirma repetidamente o fato de o homem morto ser negro, de o policial ser branco e dessa ação ser corriqueira no país. No programa “Papo de Segunda”, exibido no canal GNT, houve uma discussão sobre os acontecimentos da semana, entre eles a morte de George Floyd, que, consequentemente, remeteu às crianças recentemente assassinadas em operações policiais no Brasil. Em meio à discussão, o cantor Emicida afirma que vivemos uma série de situações insustentáveis e desabafa:

Sabe o que acontece com quem mata um inocente nesse país, principalmente quando veste uma farda? Nada! Tem outra coisa que eu achei extremamente triste, a gente entrou aqui falando sobre a imprensa, mas é muito triste que a imprensa brasileira, quando vai cobrir um caso de racismo internacional, se refira à cor da pele da vítima, se refira também que ele foi assassinado por um policial. Quando a gente trata de um caso doméstico, toda essa percepção some e aí se trata esse tipo de assunto como se fosse uma grande suposição. E se alguém levanta esse ponto e fala “existe uma situação que estruturalmente assassina pessoas pretas”, a gente recebe colunista dizendo que é vitimismo (EMICIDA, 2020).

A análise que Emicida traz quando questiona a imprensa brasileira na cobertura de assassinatos por policiais é pertinente se analisarmos os conteúdos veiculados no caso de João Pedro e no caso de George Floyd. A percepção que se tem é que apenas o crime cometido contra Floyd está relacionado com a questão racial.

4.2.3 Análise do conteúdo veiculado na matéria “Cidades dos EUA têm protestos contra violência policial”

Produção de Daniel Wiedmann, a matéria começa com uma cobertura ao vivo da repórter Carolina Cimenti nas manifestações no Brooklin, Estados Unidos, mostrando centenas de pessoas reunidas, carregando cartazes com pedidos de justiça e contra o racismo. A repórter também traz informações sobre manifestações em Minneapolis, Miami e Santa Monica. Também afirma que manifestações deste porte não aconteciam desde o assassinato de Martin Luther King, em 1968.

Logo depois, a matéria exibe imagens da cobertura das manifestações na noite anterior em Manhattan. Já no início da matéria, as imagens mostram, ainda durante o dia, manifestantes bloqueando a passagem de dois carros de polícias, algumas pessoas que estão

ali jogam objetos nos carros, e os policiais aceleram em direção aos manifestantes, causando pânico nas pessoas presentes.

Já à noite, as manifestações continuaram e Carolina Cimenti traz a informação de que mais de 300 pessoas foram presas, 33 policiais ficaram feridos, dezenas de lojas, bancos e restaurantes foram depredados, além dos 47 carros da polícia que foram destruídos. Em um momento, a repórter é surpreendida por policiais que avançam proibindo-a de continuar no local e pedindo para que não filmasse seu rosto.

De madrugada, em Manhattan, Carolina continua acompanhando as manifestações. A reportagem flagra policiais prendendo manifestantes e a repórter afirma: “os policiais estão prendendo os manifestantes que não estavam fazendo nada. Os manifestantes que simplesmente estavam reclamando do racismo e da violência policial”.

O prefeito de Nova York, Bill Blassio, informou que não podia culpar os policiais e também pediu para que as pessoas saíssem das ruas. Já o governador Andrew M. Cuomo ordenou uma investigação independente. Segundo a reportagem, pelo menos 15 estados convocaram tropas da guarda nacional para reforçar a segurança e mais de 20 cidades implementaram o toque de recolher. Ainda assim, os manifestantes voltaram a se reunir, inclusive na capital Washington. Depredações, pichações e saqueamentos aconteceram no local. O cenário exibido é de guerra.

Em Atlanta, um policial demonstrou apoio e compreensão aos manifestantes e, em Michigan, um xerife da polícia se juntou aos protestos com os manifestantes. Embora as imagens sejam chocantes e o cenário de guerra, a reportagem afirma que as autoridades são unânimes em dizer que a maioria é pacífica. Ainda assim, Donald Trump publicou em uma rede social que declararia o grupo de esquerda Antifa como uma organização terrorista.

A reportagem segue mostrando protestos em outras cidades, como Staten Island, cidade onde Eric Garner foi morto e, também, as manifestações em Washington, com a cobertura realizada pela correspondente Raquel Krähenbühl, em frente à casa branca. As manifestações também aconteceram na Europa, onde cidades como Londres e Berlim reuniram pessoas em homenagem e pedido de justiça a George Floyd. A reportagem termina mostrando uma pintura do rosto de George Floyd; a homenagem foi feita em um pedaço que restou do muro de Berlim.

4.2.4 Análise do conteúdo veiculado na matéria “Protestos contra operações violentas em favelas é feita em sede do governo do RJ”

O protesto aconteceu em frente à sede do governo do estado do Rio de Janeiro. Pessoas do movimento Vidas Negras Importam se reuniram para pedir o fim das operações violentas em favelas. Segundo a matéria, os manifestantes lembraram a morte de João Pedro, morto em uma operação policial em São Gonçalo. Tadeu Schmidt afirma que as manifestações foram encerradas pacificamente. Logo em seguida, a matéria mostra a polícia dispersando a chegada de mais manifestantes com bombas de efeito moral e com disparos de bala de borracha. As imagens mostram algumas pessoas correndo e outras reagindo aos ataques policiais, em seguida, a matéria termina com a informação e a imagem de um homem detido.

Novamente, a crítica está relacionada à diferença dos conteúdos veiculados e do tempo disponibilizado para ambas reportagens, a das manifestações ocasionadas nos Estados Unidos e a dos protestos no Brasil. Há de se compreender que os protestos nos Estados Unidos tomaram dimensões proporcionalmente maiores, assim como suas consequências, sendo pauta em todo o mundo. Mas a manifestação realizada no Brasil, contra a violência policial, foi retratada de forma vaga. As matérias veiculadas sobre os protestos nos Estados Unidos foram divididas em duas reportagens, somando um total de cerca de 15 minutos. Elas trazem entrevistas com especialistas, dados sobre as consequências das manifestações e entrevistas com manifestantes. Há também no conteúdo reflexões importantes sobre como o país tem tratado os negros e as consequências negativas e positivas das manifestações.

A relevância que o programa deu à matéria sobre a manifestação ocorrida no Brasil foi bastante inferior. Em apenas 44 segundos, lembraram a morte de João Pedro – agora os protestos evidenciam a questão racial imbricada na morte do menino –, mostraram imagens dos manifestantes com cartazes e, logo depois, a ação da polícia para dispersar os manifestantes.

Não houve espaço para fala de entrevistados e especialistas. Sequer houve reflexões sobre o racismo no país e, mais especificamente, sobre as ações policiais nas favelas, as quais eram a pauta principal dos manifestantes. Mesmo que as manifestações destaquem o caso João Pedro, um novo silenciamento acontece em relação à questão racial na morte do menino.

4.2.5 Análise do conteúdo da matéria “Não se cale: especialistas falam da importância de denunciar o racismo”

A reportagem tem 7 minutos e 16 segundos e é uma produção de Marcela Amodio, Elaine Camilo e Amanda Prada. À frente da reportagem está o repórter Manoel Soares e participam Fatou Ndiaye, Mamour Sop Ndiaye, Thelma Assis, Cacau Protásio, Fabiano Machado da Rosa, Lucas Veiga e Djamila Ribeiro, todos negros.

O tema em questão é a importância de as vítimas denunciarem o racismo. Assim, a matéria inicia com a afirmação de que Thelma, anestesiista e, também, vencedora do BBB, não se calou ao sofrer com o racismo em uma transmissão de live, na plataforma Instagram. O repórter Manoel Soares enfatiza: “o agressor escreveu” e as imagens mostram a mensagem escrita pelo perfil: “essas negras são muito frescas”. Thelma, em entrevista, diz: “mostra que realmente vivemos em um país infelizmente racista e isso se pronuncia em todos os sentidos”.

Fatou, estudante de 15 anos, moradora do Rio de Janeiro, também sofreu com manifestações racistas. As ofensas contra a jovem aconteceram por um grupo do aplicativo WhatsApp, por alunos do colégio particular Franco Brasileiro, onde Fatou era aluna. As imagens veiculadas na matéria mostram as ofensas dos alunos; “fedez chorume”, “você venderia ou levaria ela pra escola pra ostentar”, “venderia quando ela fizesse 18, que aí vale mais”, “quanto mais preto mais preju”, “1 negro vale uma bala”. Fatou é enfática em sua fala: “mesmo com pessoas que têm todos os acessos à educação, todos os acessos à informação, continua se propagando coisas extremamente racistas”.

A atriz Cacau Protásio também foi vítima de racismo. Dessa vez, em um grupo de bombeiros, após gravar cenas de um filme num quartel da corporação do Rio de Janeiro. A matéria reproduz o áudio com as ofensas, “vergonhoso. Vergonhoso. Mete aquela gorda, preta, filha da p***, numa farda de bombeiro. Uma bucha de canhão daquela”. Cacau desabafa sobre as ofensas criminosas: “só quem passa, sabe o tamanho da dor”.

“Comentários em redes sociais que reduzem pessoas à condição animal. Posturas que mais remetem ao século passado ou retrasado. Enquanto o mundo luta contra a Covid-19, o Brasil enfrenta um velho inimigo: o racismo”. Os especialistas Djamila Ribeiro, Lucas Veiga e Fabiano Machado, falam da importância de compreender o racismo como algo estrutural e não isolado, e da importância de as pessoas que sofrem essa violência terem condições de falar sobre ela com outras pessoas. O exemplo disso vem em seguida, com a afirmação que Fatou e o pai, Mamour Sop Ndiaye, denunciaram os atos racistas. Mamour testemunha “eu, por exemplo, desconheço algum negro brasileiro que não tenha sofrido racismo”.

Segundo a reportagem, casos como esses citados acima costumam ser enquadrados pela justiça brasileira como crime de injúria racial e não como crime de racismo, que é mais grave. O advogado Fabiano Machado da Rosa concorda com a colocação e complementa que “o crime de injúria racial, na verdade, tem uma pena mais branda, normalmente uma pena de reclusão de um a três anos, que nunca acontece, porque tem menor potencial ofensivo e acaba virando um acordo quando isso acontece”. A matéria traz o exemplo do caso do jogador Aranha, que sofreu ataques racistas por parte de três torcedores, que o xingaram de “macaco”, durante um jogo da copa do Brasil. Os torcedores foram obrigados a se apresentar na delegacia em dias de jogos do Grêmio durante dez meses e se livraram dos processos.

A reportagem termina reforçando, por meio de falas dos entrevistados, a importância de denunciar essas manifestações racistas; a importância de a população branca usar seus espaços de fala para afirmar a inadmissibilidade da violência racial e, também, a importância de a população negra conhecer sua história, para poder combater o racismo.

O tema da reportagem é o racismo e a forma como as manifestações racistas afetam a vida das pessoas. Pessoas brancas podem conhecer a história da população negra e seus direitos, mas quando se fala em manifestações racistas e a importância de denunciar esses crimes, é necessário que haja representatividade. A escolha da totalidade de personagens negros para a matéria foi assertiva. Os discursos e as afirmativas trazidas foram detalhistas e com indicadores relevantes e informativos, além da experiência pessoal de cada entrevistado conseguir representar parte do que é a realidade do negro no Brasil. Porém, é considerável lembrar que os negros podem e devem ser convidados para falar de outros temas, não somente questões atreladas à raça.

Para finalizar a análise dessa edição, trazemos alguns dados importantes, que sinalizam a falta de representatividade do negro em questões cotidianas ou que simplesmente não sejam especificamente relacionadas a questões de raça. Das 23 matérias exibidas no dia 31 de maio de 2020, participaram 18 jornalistas, 34 comentaristas-especialistas e 43

entrevistados ou personagens. Se reduzirmos esses números apenas a pessoas negras, temos: 1 jornalista, 4 comentaristas-especialistas e 11 entrevistados ou personagens. Sendo que desses, 8 participaram da matéria “Não se cale: especialistas falam da importância de denunciar o racismo”, tendo à frente da reportagem o jornalista negro, Manoel Soares. Os demais participaram das coberturas sobre as manifestações do movimento *Black Lives Matter*, nos Estados Unidos. Evidenciando, novamente, que o jornalismo brasileiro não dá espaço em proporções de igualdade a essa parcela da população e, quando acontece, limita suas falas e experiências a questões raciais.

Com a aparição (também) de negros como personagens da vida real em situações comuns do cotidiano e sem referência alguma à sua raça no jornalismo de televisão, tal mensagem é potencializada pelo recurso imagético, estabelecendo-se assim, esse meio (mais do que qualquer outro), como terreno fértil para a desconstrução de estereótipos, o combate à discriminação e a promoção da democracia racial, efetivamente (FERRO, 2012, pag. 70).

Em contraposição ao que Ferro (2012) aponta, o Fantástico, pelas análises realizadas, deixa de criar espaços que visem à desconstrução dos estereótipos sobre os negros.

4.3 EDIÇÃO DO DIA 07/06/2020

A edição do dia 07 de junho de 2020 teve duração de 2 horas e 38 segundos. Entre as 22 matérias exibidas neste dia, participaram 25 repórteres, 29 comentaristas-especialistas e 66 entrevistados ou participações. Quando reduzimos esses números a pessoas negras que participaram da edição, temos: 1 jornalista, 3 comentaristas-especialistas e 21 entrevistados ou participações, além de 1 ator, no quadro especial “Como lidar?”. Assim como na edição anterior, os dois principais assuntos em destaques na semana foram o coronavírus e o racismo. Nessa semana, um caso em específico chamou a atenção do país e levantou novos debates sobre questões raciais: o caso Miguel.

Quadro 3 – Edição do Fantástico do dia 07 de junho de 2020

Matéria	Duração
Dezenas de cidades americanas foram palco de manifestações antirracistas neste domingo	4 minutos e 31 segundos
Fantástico refaz os últimos passos e entra na casa de George Floyd	10 minutos e 17 segundos
Manifestações contra o racismo geram aglomerações e precipitam fim do isolamento social	2 minutos e 49 segundos
Brasileiros negros contam como sentem e vivem o racismo no dia a dia	7 minutos e 40 segundos
Caso Miguel: ‘Ver que meu filho não vai mais voltar é muito difícil’	8 minutos e 52 segundos

Fonte: Organizado pela pesquisadora.

As três primeiras matérias seguem a linha das anteriores veiculadas pelo programa nas edições que analisamos previamente. Elas destacam os protestos contra o racismo nos Estados Unidos após o assassinato de George Floyd.

Assim, como analisado na edição passada, as matérias tratam o racismo nos Estados Unidos para que entendamos a incontestável ligação entre o crime cometido e o fato de a vítima ser uma pessoa negra. No conteúdo veiculado, tanto os repórteres responsáveis quanto a fala dos entrevistados e comentaristas deixam isso evidente. Ainda, é possível entender, por meio dos conteúdos, o contexto histórico do país e as sequelas deixadas por essa história, que ainda repercutem na atualidade. Assim, vamos nos ater à análise das outras matérias veiculadas e destacadas no quadro

4.3.1 Análise do conteúdo veiculado na matéria “Brasileiros contam como sentem e vivem o racismo no dia a dia”

Produção de Ana Pessoa e Alan Ferreira, a reportagem aborda o tema racismo através de experiências de pessoas negras. À frente da reportagem está o jornalista Manoel Soares.

Como forma de oferecer às pessoas negras um meio de contarem suas experiências, um microfone foi colocado no centro de São Paulo. Manoel Soares traz a informação de que 4.164.504 de negros moram no local. As pessoas começam a ser ouvidas. A primeira a falar é Kelly Alimah: “eu acho que a gente está numa geração, que está tendo uma voz muito ativa e está voz ativa tem que refletir de alguma maneira no futuro” diz emocionada, segurando sua filha no colo.

O repórter Manoel Soares, no bairro Capão Redondo, entrevista Irani dos Santos Souza, que conta a aflição de ter um filho negro em um bairro pobre de São Paulo. A matéria segue com outro entrevistado, o menino Yuri, de 14 anos, que é categórico ao responder que sabe exatamente o que fazer quando a polícia chega. “Não falar grosso, não fazer movimentos brutos, não olhar diretamente e manter a mão levantada.” Outra moradora do local, mãe de três filhos, Ana Lúcia Reis, fala sobre as orientações que dá aos seus filhos para quando verem policiais e confidencia que o filho mais velho, morto ao cometer suicídio aos 22 anos de idade, não se conformava em ser preto. Ela conta que o filho afirmava: “um dia ainda eu quero vir nessa vida, mas eu quero ser branco”.

Dados da Secretaria de Segurança Pública/SP mostram que 60% das pessoas mortas em operações policiais no estado de São Paulo, entre janeiro e abril de 2020, eram negras. O comentarista especialista Álvaro Camilo, secretário-executivo da PM/SP, explica o processo e afirma que “a polícia não olha qual é a cor daquele que comete o crime”. Outros dados são mostrados, agora do Fórum de Segurança Pública, que apontam que, no Brasil, entre 2017 e 2018, 75% dos mortos foram negros. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública calculou que o risco de vida para um jovem negro no país é 2,7 vezes maior do que de um jovem branco.

O menino Yuri volta a relatar sua experiência, dessa vez ao ir em um bairro nobre da cidade e ser observado de forma desconfiada por pessoas que frequentam o local e, também, por policiais que passavam pelo local. A matéria volta a exibir o microfone na rua e ouvir os relatos dos moradores negros, que são unânimes em afirmar a existência do racismo no seu dia a dia. Em seguida, a advogada Eliane Dias faz um relato sobre uma situação de preconceito que sofreu na concessionária ao ir trocar seu carro por um novo e assegura o fato

de o dinheiro não comprar a igualdade racial. O caso Fatou, menina que sofreu ataque racista em uma escola de elite, é lembrado.

A filósofa Djamila Ribeiro reitera a importância de as pessoas brancas questionarem a falta de pessoas negras nos espaços que frequentam ou, se estão presentes, estão sempre em um lugar de subalternidade. A fala da advogada Eliane Dias complementa: “nós conhecemos os brancos, porque a gente lavou, passou, cozinhou, limpou a casa, cuidou do filho, mas o branco não sabe nada sobre os negros”. Em seguida, mostra-se como pessoas brancas podem usar seus espaços para contribuir na reparação histórica necessária neste país, usando como exemplo a atitude do ator Paulo Gustavo, ao oferecer à Djamila o comando da sua conta na rede social Instagram, com mais de 14 milhões de seguidores. “Nosso compromisso com os negros é a transformação da sociedade. É a luta por uma sociedade sem hierarquia. Nosso compromisso precisa ser com a transformação de fato”, conclui Djamila.

Essa reportagem evidencia como as pessoas negras se sentem em seu dia a dia. Os detalhes mostrados não deixam dúvida quanto à existência do racismo estrutural. A advogada Eliane pontuou de forma clara que o racismo não deixa de existir por conta da classe social a qual o negro pertence. Yuri traz à reportagem o questionamento necessário sobre a forma desigual a que as crianças negras e crianças brancas são submetidas a pensar quando veem uma viatura de polícia. Embora o secretário-executivo Álvaro Camilo, tenha afirmado que a polícia não olha a cor de quem cometeu o crime, os dados trazidos na reportagem são claros e, sozinhos, contra argumentam a fala do secretário. Ainda, a entrevistada Ana Lúcia Reis, quando fala da indignação do filho por ser negro, manifesta o quão difícil e doloroso pode ser crescer sendo negro neste país.

Há uma construção de conteúdo nesta matéria que não deixa dúvidas de que o racismo é um problema ainda atual no Brasil, de que as pessoas negras sofrem diariamente com isso e, também, de que as pessoas brancas devem considerar este assunto uma questão delas.

4.3.2 Caso Miguel

No dia 2 de junho de 2020, o menino Miguel Otávio dos Santos, de 5 anos, morreu após cair do nono andar de um prédio de luxo na região central de Recife. A mãe de Miguel, Mirtes Renata Souza, trabalhava como doméstica para Sari Corte Real, esposa do prefeito de Tamandaré, Sérgio Hacker. Por conta da suspensão das aulas e sem a possibilidade de deixar o filho sob os cuidados de alguém, foi necessário que Mirtes levasse Miguel ao trabalho. Em

determinado momento, Mirtes precisou levar o cachorro dos patrões para passear, enquanto Miguel ficou no apartamento com Sari e os filhos dela. Sari estava fazendo as unhas, quando Miguel quis ir ao encontro da mãe; por algumas vezes ele entra no elevador e Sari aparentemente tenta convencê-lo a sair, mas, ao não conseguir, ela aperta um dos botões do elevador e deixa o menino de 5 anos sozinho.

A partir deste momento, segundo a polícia, por volta das 13 horas e 10 minutos, Miguel desce ao 9º andar do prédio, vai até a área onde ficam as peças de ar-condicionado, escala a grade que protege os equipamentos e cai de uma altura de 35 metros. Mirtes, que estava chegando ao local, foi avisada pelo zelador que alguém teria caído do prédio. Logo em seguida, vê o corpo de seu filho no chão. Sari e Mirtes o levam para o hospital, mas pouco após a chegada, Mirtes é avisada que seu filho Miguel estava morto.

No dia da morte de Miguel, Sari chegou a ser presa por homicídio culposo (quando não há intenção de matar), mas foi solta após pagar 20 mil reais de fiança. Sari, no dia 1 de julho de 2020, foi indiciada por abandono de incapaz que resultou em morte.

4.3.3 Análise do conteúdo veiculado na matéria “Caso Miguel: ‘ver que meu filho não vai mais voltar é muito difícil’”

A reportagem é de produção de Wagner Sarmiento e Mahomed Saigg. Esteve à frente da reportagem a jornalista Sabrina Rocha. Os entrevistados foram: Paulo da Silva (pai de Miguel), Mirtes de Souza (mãe de Miguel) e Marta Alves (avó de Miguel). Os comentaristas-especialistas são: Pedro Avelino, advogado de defesa de Sari Corte Real e Juliana Teixeira, especialista em diferenças e desigualdades da Universidade Federal do Espírito Santo.

A imagem é de Mirtes de Souza, mãe de Miguel, dobrando camisetas do filho e relembrando momentos em que o filho se comparava a um super-herói e brincava pela casa. Paulo da Silva, pai de Miguel, relata o quanto o menino gostava de animais e era seu parceiro. Com a informação de que Miguel era filho único e também, único neto, entra a avó Marta Alves, afirmando que a casa era dele (Miguel). Em seguida, imagens da repórter Sabrina Rocha, no Bairro do Barro, periferia de Pernambuco, na casa onde Miguel morava com a mãe e a avó. A quantidade de brinquedos exibidas na imagem mostram o quanto a família se importava com a felicidade do menino. A repórter afirma que “todos viviam para fazer o menino feliz” e continua: “como ele estava nos dois meses que passou na casa dos patrões da

mãe e da avó no litoral Sul de Pernambuco”. A confirmação é dita ao mesmo tempo em que se mostra Miguel brincando em uma casa de luxo com os filhos da patroa.

A imagem diretamente nos remete ao bom tratamento que os patrões davam ao garoto, mas, a informação dita em seguida, afirmando que os momentos exibidos aconteceram durante a pandemia, propicia um outro questionamento, que não é levantado pela matéria, sobre a construção social envolvendo domésticas e patrões: seria o serviço doméstico um serviço essencial durante a pandemia? Há um silenciamento quanto a essa questão na construção discursiva da matéria.

As falas de Mirtes, em seguida, sobre os dois meses em que passaram na casa, mostram que eles foram felizes no local. A reportagem mostra então a localização da casa, que fica em Tamandaré, cidade onde o patrão da Mirtes e marido de Sari, Sergio Hacker, é prefeito.

Em seguida, as imagens que aparecem são do prédio, no condomínio de luxo em Recife, onde o casal morava com os filhos e Mirtes e Marta trabalhavam. A partir desse momento, a reportagem mostra detalhes do que aconteceu no dia do crime, através das falas de Mirtes. Teriam ela e Miguel acordado cerca de 5h da manhã, do dia 2 de junho. Às 5 horas e 40 minutos, saíram da casa e foram de ônibus e metrô até o serviço. Mirtes enfatiza: “cheguei 7 horas em pontinho”. A repórter mostra o trajeto que Mirtes teria feito do momento em que saiu do apartamento, por volta das 13h, para passear com o cachorro da patroa, até o momento em que voltou para o prédio. Sabrina Rocha diz: “ela saiu pela portaria de serviço, veio até essa pracinha e voltou 10 minutos depois. Passou na portaria, pegou uma encomenda e seguiu em direção aos elevadores”.

A matéria continua com Mirtes contando que logo após chegar ao prédio, o zelador avisou que alguém havia caído do prédio e, segundo ela, mesmo sentindo uma “dor no coração”, não imaginou que pudesse ter sido seu filho. Ela, então, foi ver o que havia acontecido e, ao abrir a porta, se deparou com seu filho estirado no chão. A patroa, ao saber da situação, levou Mirtes e Miguel ao hospital. Mirtes não saiu do lado de Miguel no pronto-socorro, mas logo foi avisada que o filho não havia resistido. O choro de Mirtes é inconsolável. A reportagem destaca: “Mirtes não sabia que o filho havia caído do 9º andar do prédio. Quatro acima de onde ela trabalhava”. Sergio Hacker e Sari Corte Real foram no velório no dia seguinte e foram hostilizados por algumas pessoas presentes no local – a reportagem mostra uma mulher inconformada, gritando: “dinheiro não compra vida!”. Mirtes, até aquele momento, desconhecia a razão dos protestos. São mostradas as imagens do momento em que Sari aperta o botão do elevador e deixa Miguel sozinho. Mirtes afirma ter

ligado para a patroa depois de ter tido acesso ao vídeo e questionado: “por que você deixou meu filho dentro do elevador? Por que você apertou o botão?” As imagens da reconstituição do caminho que Miguel teria feito até o 9º andar, segundo a perícia, são exibidas. A altura da queda também é revelada: o menino caiu de uma altura de 35 metros.

Os pais de Miguel falam das possibilidades que Sari teve de ter evitado a morte. A avó desabafa: “eu dei seis anos da minha vida pros filhos dela. Ela não conseguiu dar 10 minutos pro meu neto”. A reportagem segue trazendo a informação de que Sari Corte Real foi presa em flagrante no dia, mas liberada após pagar a fiança. A avó continua: “se fosse minha filha, ela estaria presa e não tinha dinheiro no mundo que soltasse Mirtes mais”. Sari, por sua vez, vai responder por homicídio culposo, quando não há intenção de matar.

O advogado de defesa de Sari, Pedro Avelino, fala da falta de exibição dos demais vídeos da sua cliente convencendo Miguel a sair do elevador. O Fantástico exibe um deles, o qual tiveram acesso. Sari não quis dar entrevista ao programa, mas divulgou uma carta, na qual pedia perdão à Mirtes e dizia que a justiça iria esclarecer a verdade. O caso repercutiu no país inteiro. A #justiçapormiguel foi postada por milhares de pessoas e o abaixo-assinado virtual, criado para exigir justiça no caso do menino, teve 2.5151.877 assinaturas. Um protesto em frente ao prédio em que mora a família de patrões reuniu centenas de pessoas e, segundo a reportagem, o protesto teve forte participação do movimento negro.

Juliana Teixeira, especialista em diferenças e desigualdades, fala sobre a relação patrões e domésticas:

Quando a gente fala da relação com as trabalhadoras domésticas no país, é uma relação que é sempre um misto de afeto e desigualdade. [...] Em casos como esse, exemplificados, pela morte de Miguel, nem o misto de afeto existe, o que existe é desprezo, em função desta construção social, de um trabalho que é ligado a essa ideia do negro inferiorizado (Teixeira, 2020).

Na continuação da reportagem, o Fantástico revela o fato de que desde o segundo mês de mandato de Sergio Hacker como prefeito de Tamandaré, Mirtes e Marta, são contratadas pela prefeitura, sendo esta contratação ilegal. O Tribunal de Contas do Estado e a Promotoria de Justiça de Tamandaré estavam apurando as informações. Caso confirmadas, o prefeito poderá responder por crime de responsabilidade e infração político-administrativa.

Imagens da bicicleta, brinquedos e cama de Miguel são exibidos enquanto a Mirtes e Paulo lastimam o fato do filho nunca mais voltar para casa. Paulo lamenta: “eu não quero pensar que Miguel morreu, senão não vivo mais”. A reportagem termina com a foto do menino, sorridente.

Alguns pontos devem ser destacados nesta matéria. O primeiro é o fato de o caso ter acontecido com uma família de pessoas negras, moradoras de uma periferia e funcionárias domésticas de uma família de pessoas brancas, moradoras de um condomínio de luxo. O segundo é que o fato aconteceu quando inflamadas discussões sobre o racismo e a construção social do nosso país estavam acontecendo, o que destacou o caso ainda mais.

No início da reportagem, quando são exibidas imagens de Miguel feliz na casa da patroa, tendo essa afirmação repetida em texto pela repórter e, também, confirmada pela mãe do menino, percebe-se uma preocupação em mostrar o quão bem tratado pelos patrões da mãe Miguel foi durante os fatos anteriores ao crime. Ainda no início, nada se traz em relação ao menino ser negro, mas o conteúdo veiculado ao longo da matéria enfatiza a diferença de classes sociais envolvidas neste caso. Mais além, as falas da entrevistada Marta, que afirma que a justiça não é igualitária para todos, a fala da especialista Juliana Teixeira, que declara que a morte do Miguel está diretamente relacionada ao desprezo sobre um trabalho que é ligado à ideia do negro inferiorizado e, também, as manifestações do movimento negro que ocorreram em frente ao prédio, propuseram à reportagem a abertura para discussões sobre a questão racial de fato estar conectada ao crime ocorrido. Ou seja, mesmo que os jornalistas não tenham afirmado o fato de que a questão racial está conectada a este caso, o tema é proposto por entrevistados e especialistas, oferecendo à reportagem a inclusão da pauta racismo, que obrigatoriamente deve ser discutida no caso Miguel.

4.4 EDIÇÃO DO DIA 14/06/2020

A edição do dia 14 de junho de 2020 teve duração 2 horas e 33 minutos, divididos em 26 matérias que abordaram os principais assuntos da semana, que foram: mortes por Covid-19 no país, o desdobramento do caso Miguel, violência policial e manifestações pró e contra o governo. Participaram da edição 22 repórteres, 28 comentaristas especialistas e 79 entrevistados ou personagens. Reduzindo estes números apenas às pessoas negras, temos: 1 jornalista, 0 comentarista-especialistas, 12 entrevistados ou personagens e, no comando do quadro “Como Lidar?”, o ator negro Paulo Vieira.

Quadro 4 - Edição do Fantástico do dia 14 de junho de 2020

Matéria	Duração
---------	---------

Imagens inéditas de edifício mostram cronologia da tragédia com menino Miguel	8 minutos e 31 segundos
Novo caso de assassinato de homem negro por policial branco reforça ação de manifestantes	4 minutos e 33 segundos

Fonte: Organizado pela pesquisadora.

4.4.1 Análise do conteúdo veiculado na matéria “Imagens inéditas de edifício mostram cronologia da tragédia com menino Miguel”

Uma produção de Wagner Sarmento, a reportagem tem duração de 8 minutos e 31 segundos. Os entrevistados ou personagens são: Miguel Otávio dos Santos, Mirtes Souza (mãe de Miguel), Thomáz Silva (encarregado do prédio), Sari Corte Real (patroa de Mirtes). Os comentaristas-especialistas são Carlos Porto, relator do Tribunal de Contas – PE, e André Amaral, perito no caso. À frente da matéria está a jornalista Sabrina Rocha.

Imagens da matéria “Caso Miguel: ver que meu filho não vai mais voltar é difícil” são exibidas novamente, com trechos da entrevista oferecida por Mirtes, também na semana anterior. Em seguida, a reportagem traz imagens inéditas, além de uma nova entrevista gravada com a mãe de Miguel.

A repórter Sabrina Rocha inicia a reportagem exibindo imagens da casa de Mirtes, com recordações do menino Miguel. As paredes com a pintura descascada são mostradas, enquanto Mirtes explica que “as paredes estão um pouco descascadas, porque ele pegava as ferramentzinhas dele e queria brincar de pedreiro”. Em uma parte externa da casa, a repórter conta que Miguel gostava de brincar muito naquele local. Ela diz: “Miguel só não gostava de ficar preso em casa. E quando a Mirtes precisava sair e não podia levar o filho, aí o Miguel aprontava”. Sabrina questiona Mirtes qual era a atitude de Miguel nessas ocasiões. Mirtes conta: “ele escalava a grade e ficava balançando, balançando a grade direto e ficava: ‘mamãe!’, ‘mamãe!’, sacolejando a grade”. Enquanto isso, imagens das grades de segurança da casa são exibidas. A repórter conclui, “cheio de energia, né?”, Mirtes confirma, “é, cheio de energia”.

Os fatos do dia do crime são descritos por Mirtes e exibidos em uma sequência ao longo da reportagem. O menino, deixado aos cuidados da patroa, entra no elevador, desce na área técnica própria para os aparelhos de ar-condicionado, se pendura nas grades e cai. O inquérito mostra que uma das hastes da grade se desprendeu, desequilibrando-o.

A reportagem, desse modo, tem uma construção discursiva no sentido de amenizar a responsabilidade da patroa. Isso porque, já no início, mostra que o menino tinha muita energia e ficava difícil de lidar quando a mãe não estava perto, pendurando-se na grade de casa, coisa que, como a matéria mostra, ele fez no prédio da patroa. Na reportagem, o fato de o menino gostar de chacoalhar as grades para chamar a atenção da mãe havia sido evidenciado. Quase numa condição de naturalidade dentre os fatos exibidos no dia em que Miguel morreu e nas atitudes cotidianas da criança.

Na sequência, são exibidas também imagens inéditas dos fatos que antecederam a morte de Miguel. Primeiro, o vídeo em que Sari deixa Miguel sozinho no elevador. Depois, a repórter afirma que o programa teve acesso a todas as imagens e começam a veicular as cenas. Às 13 horas 06 minutos, o menino entra a primeira vez no elevador e, quatro minutos depois, é deixado sozinho. A reportagem é enfática: “pela **quarta vez**, Sari consegue convencê-lo a sair, mas Miguel corre novamente para o elevador de serviço”. Posteriormente, terminando as exibições das imagens dos elevadores, a reportagem traz a fala do perito André Amaral, que afirma: “permanece a mesma situação, um caso acidental”.

Informações sobre a acusação de improbidade administrativa do casal Sergio Hacker e Sari Corte Real são divulgadas. E, com o desabafo de Mirtes e imagens do Miguel feliz na casa de Sari, a reportagem é finalizada.

A construção da reportagem sugere a quem está assistindo aspectos determinantes sobre o caso Miguel. Diferente da matéria exibida sobre o caso, no Fantástico, na semana anterior, essa reportagem teve uma preocupação maior em destacar a possível fragilidade da situação a que Sari, a patroa, foi submetida. Primeiro, porque a atitude de Miguel, menino enérgico que não aceita ficar sem a mãe e ainda é acostumado a se pendurar e chacoalhar as grades de casa, é comum do ponto de vista materno, mas, para Sari, assim como para boa parte das pessoas que estão assistindo, não. Segundo, porque é enfatizado pela reportagem que a patroa conseguiu por **quatro vezes** tirar o menino, que energicamente se movia de um elevador para o outro. Terceiro, porque, além de toda essa construção que visa a não culpabilizar a patroa pela morte do menino, é exibida a confirmação do perito classificando a morte de Miguel como “um caso acidental”. Ainda, a matéria é finalizada com imagens de Miguel feliz brincando na casa da patroa, com os filhos dela, o que torna a enfatizar o excelente tratamento dado ao menino.

Assim, diferente da matéria anterior sobre o caso, esta, em nenhum momento, relaciona o ocorrido à situação de menosprezo e preconceito racial e social as quais Miguel e seus familiares estavam expostos e busca, pelo lado contrário, mostrar que a patroa era

bondosa e tentou parar o menino, que era acostumado a se pendurar em grades (com o consentimento da mãe) – o que ocasionou o “acidente” fatal.

4.4.2 Análise do conteúdo veiculado na matéria “Novo caso de assassinato de homem negro por policial branco reforça ação de manifestantes”

Sandra Coutinho é a jornalista responsável pela reportagem. O personagem principal da matéria é Rayshard Brooks, de 27 anos. Participam da matéria: Keisha Lance Bottoms (prefeita de Atlanta) e Cris Stuart (advogado da família).

Para chamar a reportagem, Tadeu Schmidt diz: “um novo caso de assassinato de um homem negro, por um policial branco, nos Estados Unidos, intensificou os protestos no vigésimo dia de manifestações no país”.

A reportagem começa com Sandra Coutinho em Nova Iorque, acompanhando uma vigília em frente à residência oficial do prefeito da cidade, Bill de Blasio. As imagens mostram as pessoas sentadas, com o braço direito levantado e o punho fechado – símbolo da resistência negra. As informações são de que as pessoas estariam homenageando George Floyd, mas também o Rayshard Brooks, morto em Atlanta. Os pedidos dos manifestantes são para uma reforma do sistema de segurança pública, assim como também para o fim da violência policial.

As imagens da câmera do uniforme de um dos policiais são exibidas. Os policiais batem no vidro e acordam Rayshard Brooks que estava dormindo no carro. Rayshard afirma que só bebeu uma dose e o policial, então, ordena que ele saia do carro. Imagens de Rayshard cooperando com os policiais ao fazer o teste de bafômetro são exibidas. O policial afirma que o jovem havia bebido demais e, então, ele e mais um policial tentam prender Rayshard, que reage e é derrubado no chão.

Os policiais avisam Rayshard que vão acionar o *taser* e, nesse momento, a repórter informa: “um equipamento que dá choque, mas não é considerado uma arma letal”. Na disputa corporal, Rayshard consegue pegar o *taser* do policial e sai correndo, quando passa a ser perseguido pelos dois agentes. Rayshard então vira para trás e aciona o *taser* na direção do policial Garrett Rolfe, que dispara contra ele. Rayshard chegou a ser socorrido, mas morreu no hospital.

Em entrevista coletiva, a prefeita da cidade de Atlanta, Keisha Lance Bottoms, anunciou que a chefe de polícia da cidade pediu demissão e o agente que matou Rayshard foi demitido. Keisha completa: “não acredito que o uso da força letal se justificasse e demiti sumariamente o policial”. O outro agente que participou da ocorrência foi afastado das ruas.

Segundo o advogado da família, Cris Stuart, não é possível alegar que Rayshard estava com uma arma letal e podia matar alguém. Passam a ser exibidas as imagens dos protestos, com manifestações de indignação ao assassinato de Rayshard. Os protestos contra o racismo aconteceram em diversos países do mundo. A reportagem exhibe alguns deles e termina mostrando o que, segundo eles, chamou a atenção: a cena de um homem negro, do grupo Vidas Negras Importam, ajudando a socorrer um homem ferido, que protestava junto aos supremacistas brancos.

Toda a reportagem é baseada na questão racial. Os jornalistas repetem o fato de o homem assassinado ser negro, como algo indispensável ao conteúdo. Não restam dúvidas ao assistir: o racismo é um problema atual nos Estados Unidos e o fato de negros serem mortos em ações policiais é um dos resultados disso. Afirmativa que, nos casos anteriores ocorridos no Brasil e mostrados pelo Fantástico, não aconteceram. A perceptividade sobre casos de jovens negros mortos no Brasil, principalmente em decorrência de ações policiais, é licenciada, isso quando não é, de fato, inexistente, como mostram as análises anteriores.

4.5 EDIÇÃO DO DIA 21/06/2020

Com duração de 2 horas e 23 minutos, a edição do dia 21 de junho de 2020 contou com 25 matérias, abordando os principais assuntos da semana, dentre eles: coronavírus no Brasil, morte do jovem Guilherme Guedes e a prisão de Fabrício Queiroz. A edição contou com a participação de 17 repórteres, 63 entrevistados ou personagens e 36 comentaristas-especialistas. Quando selecionamos apenas as participações de pessoas negras, temos: 1 repórter, 5 entrevistados ou personagens, 2 comentaristas-especialistas e o ator negro Paulo Vieira, em seu quadro “Como Lidar?”.

Quadro 5 – Edição do Fantástico do dia 21 de junho de 2020

Matéria	Duração
Morte de jovem na periferia de São Paulo provoca protestos contra violência policial	7 minutos e 6 segundos

Fonte: Organizado pela pesquisadora.

4.5.1 O caso Guilherme Guedes

Guilherme da Silva Guedes, 15 anos, estava em frente à casa da avó no bairro Vila Clara, no dia 14 de junho de 2020, quando foi sequestrado por dois homens armados, sendo um deles o segurança de um galpão próximo à sua casa. Segundo as apurações, o segurança havia confundido Guilherme com um garoto que havia invadido esse galpão.

Guilherme foi sequestrado por volta de 1h e 30 minutos, de domingo, em Vila Clara, e foi encontrado morto a 6 quilômetros da sua casa, no bairro Diadema. Segundo os peritos, o jovem levou dois tiros a queima roupa: o primeiro teria sido enquanto o jovem estava em pé com as mãos entrelaçadas na nuca e, o segundo, teria sido disparado nos lábios de Guilherme, com ele já caído no chão.

A família do adolescente só conseguiu reconhecer o corpo na tarde de segunda-feira, um dia após o assassinato.

4.5.2 Análise do conteúdo veiculado na matéria “Morte de jovem na periferia de São Paulo provoca protestos contra violência policial”

A reportagem tem duração de 7 minutos e 6 segundos e o jornalista responsável é Manoel Soares. Tadeu Schmidt chama a matéria: “a semana de protestos pelo assassinato de um adolescente negro na periferia de São Paulo”, enquanto isso, na tela, a imagem de Guilherme Guedes é exibida com as palavras “adolescente negro” em destaque.

A matéria começa a ser exibida com a narração de Manoel Soares: “a revolta é jovem, a tinta é preta e a voz vem da periferia”. Imagens de jovens negros, em Vila Clara, bairro onde Guilherme Guedes foi assassinado, são exibidas. O porta-voz do Movimento Atitude, Anderson John, desabafa: “a comunidade está saturada disso. Estava muito inflamada essa questão das manifestações, fora e aqui no Brasil, por conta das mortes sequentes”.

Em seguida os dados são exibidos: 1) A polícia tem matado cada vez mais em São Paulo, mesmo durante a pandemia; 2) Mortes provocadas por ações da polícia subiram 53% em abril deste ano em comparação ao mesmo mês do ano passado, foram 119 casos, um a cada 6h; 3) Cresceu o número de mortes causadas por policiais fora de serviço. Só nos 4 primeiros meses do ano, PMs sem farda mataram 57 pessoas, um aumento de 62,85% em relação ao mesmo período do ano passado.

O repórter pergunta para o jovem entrevistado Mc Lenego: “em quantos enterros você já foi?”, que responde: “perdi até as contas”. A reportagem segue mostrando imagens do protesto, em sua maioria, pessoas jovens e negras, enquanto Manoel Soares afirma terem ido se manifestar justamente aqueles que ficam na mira da polícia brasileira. Mais dados são exibidos: 78,5% dos que morrem em ações policiais no país têm menos de 29 anos, sendo 75% deles, negros.

O entrevistado Anderson John relata que seus amigos planejaram um ato pacífico, mas confirma a radicalização de uma parte dos manifestantes após a polícia montar, segundo Manoel Soares, “uma operação de guerra, para abafar os gritos de revolta”. O comandante do Comando de Policiamento da Capital, Cel. Vanderlei Ramos, garante “aqui já não tem mais nada a ver com a dor da família que morreu lá embaixo. Isso aqui já é vandalismo”, e, enquanto isso, imagens dos ônibus incendiados são exibidas.

Começam, então, a serem exibidas as imagens de segurança do local onde Guilherme foi morto e se explicam detalhes do crime. Segundo a reportagem, o PM (que aparece nas imagens) fazia segurança para um galpão e teria pegado Guilherme acreditando que o menino teria pulado o muro e invadido o local. A família do menino fala em seu favor e as falas seguintes das entrevistadas são enfáticas: “não vejo reportagem que mataram um menor no Morumbi [...] Toda vez que você escuta é periferia. Você nunca escuta em um bairro de rico, que a polícia matou um menor por engano”.

Manoel Soares traz a informação de que só durante o tempo em que estavam falando com a família de Guilherme, os carros da polícia passaram por lá 28 vezes e questiona Joice da Silva Santos, mãe do menino, que é entrevistada na calçada em frente à sua casa: “você se sente segura dando essa entrevista pra gente hoje ou isso também te dá um medo?”, que responde categoricamente, “tenho medo, mas eu não vou me esconder. Vou mostrar meu rosto pra todo mundo ver”. O repórter continua: “por mais que isso represente algum tipo de risco?”, e a mãe do Guilherme responde: “por mais que represente algum tipo de risco. Moço, a situação que eu estou se Deus me levar agora, pra mim é uma vantagem. Só assim eu não sinto o que eu estou sentindo agora”.

A matéria segue com imagens de carros da polícia passando e, depois, mostra jovens reunidos assistindo a imagens no celular. Enquanto isso, a informação de que a desconfiança dos moradores da periferia em relação à polícia tem aumentado, isso porque os vídeos, os quais os jovens estariam assistindo, seriam do dia em que os moradores se reuniram para protestar contra o assassinato de Guilherme Guedes. As imagens exibidas trazem os policiais agredindo brutalmente os participantes. Imagens que, surgem durante a semana, de agressões

da polícia de São Paulo em outras regiões da cidade também são exibidas. O coronel da reserva da PM de São Paulo, Glauco Carvalho, analisa as imagens e garante que o correto naquela situação mostrada seria que o comandante da equipe prendesse o policial militar.

O jornalista entrevista o jurista, filósofo e presidente do Instituto Luiz Gama, Silvio Luiz de Almeida. O repórter pergunta: “o senhor acha que é um equívoco relacionar a violência policial com o racismo no Brasil?”. Silvio Almeida assegura, “eu acho um equívoco não relacionar, é ao contrário”.

A matéria segue com o entrevistado Emerson Massera, porta-voz da PM, que garante que o desvio (de conduta) é uma exceção, porém, em seguida, atesta: “nós não podemos desprezar o racismo estrutural da sociedade e o policial vem dessa sociedade”.

A reportagem segue tratando da relação entre a violência e a questão racial e finaliza com imagens dos garotos da Vila Clara, de um grafite em homenagem à Guilherme ao som de garotos cantando “na madrugada, se ficar o coro come, se correr o bicho mata”.

Diferente das matérias analisadas anteriormente sobre casos brasileiros, esta expôs de forma clara a relação entre a violência policial e a questão racial. É importante lembrar que, durante todo o período que analisamos, as cobranças sociais em relação ao racismo em suas diversas facetas estavam inflamadas. A mídia foi severamente criticada em vários momentos, tanto pela escolha no quadro de profissionais, como no caso do programa da Globo News citado no artigo, quanto pelas escolhas de palavras para noticiar os crimes, como no caso da crítica de Emicida, também citada no artigo.

É perceptível a diferença gritante do conteúdo veiculado para noticiar o assassinato de João Pedro, antes de toda cobrança social, e o conteúdo veiculado para noticiar o assassinato de Guilherme Guedes. Entre as principais mudanças temos: um jornalista negro noticiando, dados que evidenciam o fato de negros moradores de periferia serem alvos recorrentes em ações policiais e a confirmação de tudo isso por meio das falas dos entrevistados.

Em nenhum momento restou alguma dúvida sobre o assassinato de João Guilherme estar diretamente ligado à questão racial e social – o menino era negro e pobre –, afirmativas, que, anteriormente, só víamos em matérias sobre crimes policiais de países estrangeiros.

Grada Kilomba, em seu livro “Memórias da plantação”, traz diversos passos que revelam a consciência sobre o racismo. Segundo ela, não é como uma questão moral, mas como um processo psicológico que exige trabalho (KILOMBA, 2019). Entre os passos, a reparação:

Reparação, então, significa a negociação do reconhecimento. O indivíduo negocia a realidade. Nesse sentido, esse último estado é o ato de reparar o mal causado pelo racismo através da mudança de estruturas, agendas, espaços, posições, dinâmicas, relações subjetivas, vocabulário, ou seja, através do abandono de privilégios (KILOMBA, 2019, p. 46).

Nessa reportagem, houve uma espécie de reparação por parte do programa Fantástico quanto ao silenciamento dessas questões nas reportagens anteriores, trazendo informações necessárias para a conscientização de que o assassinato de negros em periferias é algo recorrente e está relacionado ao racismo estrutural e ao preconceito de classe social. Não é o suficiente, mas é um passo melhor do que os traçados nas reportagens anteriores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre como a imprensa trata a questão racial em nosso país. Assim, analisamos as edições do Fantástico, no período entre 24 de maio e 21 de junho de 2020. Durante o período de análise, aconteceram, nos Estados Unidos e, também, no Brasil, atos severos de violência policial, dentre eles o assassinato de George Floyd e o assassinato do menino João Pedro. O Fantástico noticiou ambas as mortes, porém, a diferença de conteúdo entre elas foi gritante.

Para noticiar a morte de George Floyd, em Minneapolis, o Fantástico utilizou-se de todos os recursos possíveis para garantir a compreensão do público na associação do assassinato ao racismo, enfatizando a violência policial e não a dos manifestantes. Já para noticiar o assassinato de João Pedro, houve um silenciamento severo sobre a questão racial. Em nenhum momento da reportagem foi citado pela revista eletrônica o fato de o menino ser negro, apesar de as estatísticas serem pontuais e conclusivas: negros são as maiores vítimas da violência policial no Brasil.

Como consequência das recorrentes mortes de pessoas negras por policiais, houve no mundo uma série de manifestações contra o racismo e pelo fim da violência policial. Embora as manifestações nos Estados Unidos tenham tido maiores proporções, as coberturas não obtiveram equiparidade. O tempo das matérias e os conteúdos veiculados mostram as poucas condições para discutir o assunto quando a abordagem é nacional. Assim, tanto pela cobertura dos assassinatos, quanto pela cobertura das manifestações, percebe-se que reconhecer o racismo como um problema estrutural no Brasil e associar casos de violência policial à questão racial ainda é um problema para a imprensa brasileira.

As manifestações que ocorreram por todo o mundo, durante o período de análise, resultaram em muitos questionamentos, críticas e cobranças sociais, tanto por pessoas que saíram às ruas, quanto em redes sociais, como apontamos no artigo. A discussão já estava inflamada no país quando o menino Miguel Otávio dos Santos morreu. Durante o período de análise, duas matérias foram veiculadas sobre o caso: a primeira só propõe a abordagem racial e de classe social das famílias envolvidas por meio da fala de entrevistados e especialistas; já a segunda, traz uma construção discursiva elaborada para amenizar o crime, tratando-o sempre como um “acidente fatal”, isso pelo motivo de a responsável ser Sari Corte Real, mulher branca pertencente à elite pernambucana.

Depois de quase um mês de manifestações e cobranças sociais sobre o tema, foi veiculada a matéria sobre o assassinato do adolescente Guilherme da Silva Guedes, em que a construção da reportagem foi realizada pelo jornalista negro Manoel Soares e toda a abordagem do crime foi relacionada ao racismo e à violência policial nas periferias do país. Aqui, trouxeram entrevistados, estatísticas, comentaristas e especialistas que comprovaram a relação direta entre racismo estrutural e violência policial. Num contraste com o silenciamento sobre o assunto nas matérias anteriores, uma espécie de reparação que ainda deixa muito a desejar.

Para finalizar, é necessário, também, que olhemos para a questão da representatividade do negro no telejornalismo brasileiro. Em cinco edições analisadas, tivemos apenas um repórter negro. Os personagens, participações e comentaristas especialistas negros são minoria absoluta em cada uma das edições e, quando incluídos, o são, em sua maioria, em matérias relacionadas a crimes, histórias de superação e ao racismo. Ou seja, o telejornalismo não oferece espaço ao negro e, quando o faz, limita-o à questão racial. Para Sodré, o racismo midiático é suscitado por alguns fatores, entre eles a negação:

A negação – do mesmo modo como as elites de hoje rejeitam o racismo doutrinário ou evitam a pecha de “sujeitos da discriminação”, a mídia tende a negar a existência do racismo, a não ser quando este aparece como objeto noticioso, devido à violação flagrante desse ou daquele dispositivo antirracista ou a episódicos conflitos raciais. De uma maneira geral, porém, as elites logotécnicas, ao contrário das elites identitárias do passado, tendem a considerar “anacrônica” a questão racial, deixando de receber as suas formas mutantes e assim contribuindo para a reprodução do fenômeno em bases mais extensas (SODRÉ, 2015, p. 279).

É o que observamos em nossas análises: pouca ou nenhuma representatividade negra e construções discursivas que visam ao silenciamento da questão racial, que só foi evidenciada na matéria sobre o caso Guilherme, pois havia grande comoção sobre o racismo,

dados os protestos que se espalharam no mundo todo, de modo que não havia a possibilidade de ignorar tais relações no assassinato do adolescente. As análises mostraram, portanto, que o telejornalismo brasileiro, neste caso representado pelo Fantástico, ainda que tenha reparado alguns dos erros cometidos ao abordar a temática, ainda contribui para a propagação do racismo no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMADA, Sandra. Prefácio. In: BORGES, Roberto; BORGES, Rosane. **Mídia e racismo**. Petrópolis: DP et Alii Editora, 2012.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen Livros, 2019.

AMARO, Marina. Em discurso poderoso, Emei analisa racismo no Brasil, relembra casos de violência policial, como os de João Pedro e Ágatha e afirma: “Era pra esse país estar pegando fogo. **Hugo Gloss, UOL**. São Paulo, 02 de jun. de 2020. Disponível em <<https://hugogloss.uol.com.br/tv/em-discurso-poderoso-emei-analisa-racismo-no-brasil-relembra-casos-de-violencia-policial-como-os-de-joao-pedro-e-agatha-e-afirma-era-para-esse-pais-estar-pegando-fogo-assista/>>. Acesso em 23 out. 2020.

BARBON, Júlia. Polícia cometeu uma série de irregularidades no caso João Pedro, diz Defensoria. Folha de São Paulo. São Paulo, 04 jun. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/06/policia-cometeu-uma-serie-de-irregularidades-no-caso-joao-pedro-diz-defensoria.shtml>>. Acesso em: 18 out. 2020.

BRASIL. **Lei Federal Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm>. Acesso em: 06 set. 2020.

CASO Miguel: como foi a morte do menino que caiu do 9º andar de prédio no Recife. **G1**. São Paulo, 05 jun. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/peernambuco/noticia/2020/06/05/caso-miguel-como-foi-a-morte-do-menino-que-caiu-do-9o-andar-de-predio-no-recife.ghtml>>. Acesso em 20 out. 2020.

COELHO, Leonardo. João Pedro, 14 anos, morre durante ação policial no Rio, e família fica horas sem saber seu paradeiro. **El País**. Madri, Espanha, 19 maio 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-05-19/jovem-de-14-anos-e-morto-durante-acao-policial-no-rio-e-familia-fica-horas-sem-saber-seu-paradeiro.html>>. Acesso em 18 out. 2020.

DIAS, Paulo Eduardo; STABILE, Arthur. Adolescente negro é encontrado morto após ser sequestrado e família suspeita de PMs. **El País**. Madri, Espanha, 16 jun. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-16/adolescente-negro-e-encontrado-morto-apos-ser-sequestrado-e-familia-suspeita-de-pms.html>>. Acesso em: 24 out. 2020.

FERRO, Rogério. O negro sem cor no telejornalismo brasileiro. In: BORGES, Roberto; BORGES, Rosane. **Mídia e racismo**. Petrópolis: DP et Alii Editora, 2012.

GALVÃO, César. Perícia aponta que adolescente morto em SP levou dois tiros à queima roupa. **G1**. São Paulo, 27 jun. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/06/27/pericia-aponta-que-adolescente-morto-em-sp-levou-dois-tiros-a-queima-roupa.ghtml>>. Acesso em: 24 out. 2020.

GRADA, Kilomba. **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

GRAGNANI, Juliana; ROSSI, Amanda. A luta esquecida dos negros pelo fim da escravidão no Brasil. **BBC Brasil**. São Paulo, 11 de maio de 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/resources/idt-sh/lutapelaabolicao>>. Acesso em: 01 set. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil: 500 anos de povoamento | território brasileiro e povoamento. **IBGE**, 2020. Disponível em <<https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros.html>>. Acesso em: 01 set. 2020 .

MAGRI, Diogo. Morte de criança negra negligenciada pela patroa branca de sua mãe choca o Brasil. **El País**. São Paulo, 04 jun. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-04/morte-de-crianca-negra-negligenciada-pela-patro-a-branca-de-sua-mae-choca-o-brasil.html>>. Acesso em 20 out. 2020.

Racismo. Globo Repórter. São Paulo: **Rede Globo**, 05 de junho de 2020. Programa de TV. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8607371/>>. Acesso em: 17 set. 2020.

Rapaziada... A pauta é racismo.... [São Paulo], 02 de junho de 2020. Twitter: @IrlanSimoes. Disponível em: <<https://twitter.com/irlansimoes/status/1267975162697338881>>. Acesso em: 18 set. 2020.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SODRÉ, Muniz. **Claros e Escuros: Identidade, povo, mídia e cotas no Brasil**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

SOUZA, Jessé de. **A Elite do Atraso: Da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Jorge Pedro. **Elementos do Jornalismo Impresso**. Porto, 2001.

VIZEU, Alfredo. **Telejornalismo: cotidiano e lugar de segurança**. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2246/1950>>. Acesso em: 02 set. 2020.